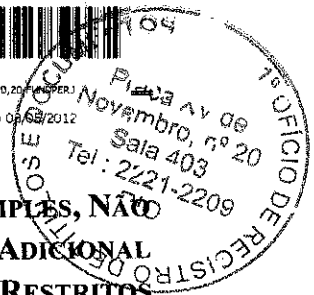


3393081 - 1791379

Custas: R\$  
Total 474,89



Enl 343,33-FET 71,48-3PD 14,09-MM 10,05-AC 0,20-IMP-ERJ  
17,17-FUNPERJ 17,17  
Registrado e digitalizado em 08/03/2012



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL  
FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS  
DE COLOCAÇÃO, DA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**

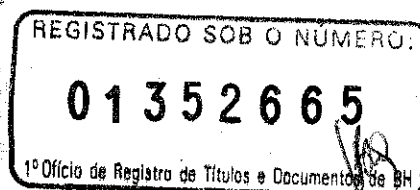
ENTRE

**ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.,**  
*na qualidade de emissora*

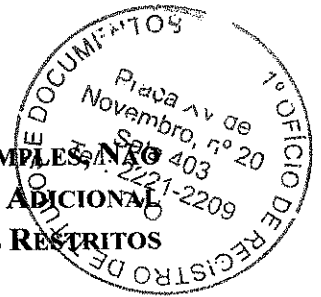
e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*na qualidade de agente fiduciário*

**13 DE ABRIL DE 2012**



Handwritten signatures and initials.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado:

**ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Manoel de Castro, n.º 1.170, Candelária, CEP 59064-010, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.314.594/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª emissão da Emissora, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social ("Debenturistas"),

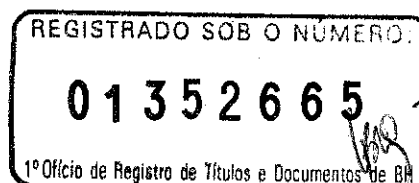
E, na qualidade de intervenientes-garantidores:

**TAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Manoel de Castro, 125 – Térreo, Ala D, Sala 1, Bairro Candelária, CEP 59.064-010, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.901.744/0001-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("TAS");

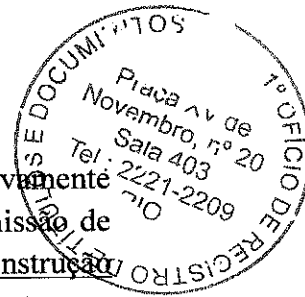
**ASM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, n.º 1.000, Sala 1.502, CEP 30.130-141, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.816.657/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("ASM" e, em conjunto com TAS, "Fiadores");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



*[Handwritten signatures and initials]*



Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Alesat Combustíveis S.A. (respectivamente “Escritura”, “Emissão”, “Oferta”, e “Debêntures”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 28 de março de 2012 (“AGE”) e na ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 28 de março de 2012 (“RCA”), as quais deliberaram sobre os termos e as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A prestação da garantia fidejussória, pelos Fiadores, objeto da cláusula 4.11 desta Escritura foi devidamente autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária da TAS, realizada em 28 de março de 2012 (“AGE TAS”), e pela Reunião do Conselho de Administração da ASM, realizada em 28 de março de 2012 (“RCA ASM”).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

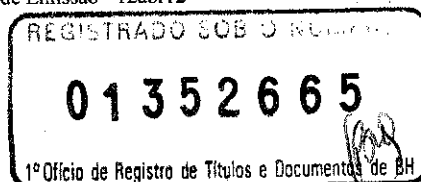
### 2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

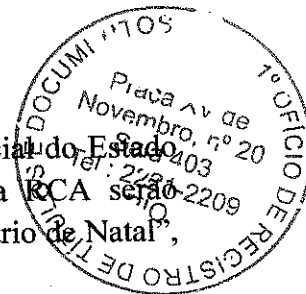
2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Arquivamento e Publicação das AGEs e RCAs

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





2.2.1. As atas da AGE e RCA serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte - JUCERN ("JUCERN") e as atas da AGE e da RCA serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal "Diário de Natal", conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da AGE TAS será devidamente arquivada na JUCERN e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal "Diário de Natal", conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

2.2.3. A ata da RCA ASM será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCERN

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCERN, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em razão da Fiança prestada (conforme abaixo definida), esta Escritura e eventuais Aditamentos serão arquivados, ainda, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme disposto na Cláusula 2.5 abaixo.

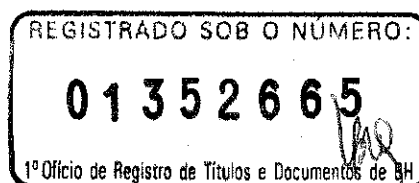
### 2.4. Registro para Colocação e Negociação

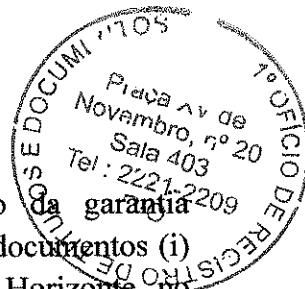
2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução CVM 476.

### 2.5. Registro da Garantia

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





2.5.1. A presente Escritura e seus respectivos Aditamentos, em função da garantia fidejussória nela prestada, serão também registrados nos cartórios de títulos e documentos (i) na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte; (ii) na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e (iii) na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura desta Escritura, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VI abaixo, salvo mediante atos ou fatos que atrasem o registro da Escritura por culpa exclusiva do respectivo cartório de títulos e documentos.

2.5.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis após os registros mencionados nas Cláusulas 2.3.1, 2.3.2 e 2.5.1 acima, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada na JUCERN e nos competentes cartórios de títulos e documentos.

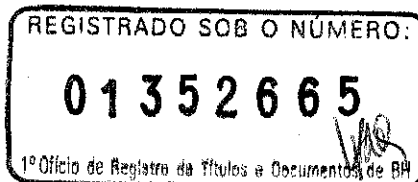
### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a compra, armazenagem, venda e distribuição de combustíveis líquidos, derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, gás natural veicular, querosene iluminante, querosene de aviação e óleos combustíveis; (ii) a comercialização de aditivos para combustíveis, bem como para motores e outros produtos destinados à linha automotiva; (iii) a prestação de serviços de transportes rodoviários municipal e interestadual de combustíveis, cargas em geral, cargas sólidas a granel e cargas fracionadas; (iv) a participação no capital de outras sociedade, como sócia quotista ou acionista; (v) a concessão de franquias e cessão de direitos a terceiros, para uso das marcas e nomes comerciais de titularidade da Companhia, bem como do conjunto de elementos visuais que a identificam com exclusividade; (vi) arrendamento de equipamentos; (vii) a exploração de lojas de conveniência; (viii) a locação de veículos e, (ix) fabricação e/ou comercialização de lubrificantes automotivos industriais, (x) serviços de call center e, (xi) comércio atacadista de produtos derivados de petróleo (asfaltos, asfalto oxidado, asfaltos modificados, inclusive por polímero e pó de borracha, asfalto diluído, emulsões asfálticas, com polímeros e emulsões asfálticas catiônicas e aniônicas) e distribuição, importação e exportação de asfalto e seus derivados (asfalto de petróleo e cimento asfáltico).

#### 3.2 Número da Emissão

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





3.2.1. A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3 Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Cláusula 3.5.2 abaixo e do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Alesat Combustíveis S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A. (“Contrato de Distribuição”).

### 3.4 Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

### 3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

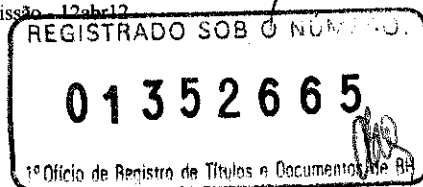
3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador Líder”), conforme o Contrato de Distribuição.

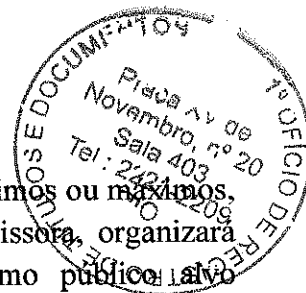
3.5.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

3.5.2.1. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

3.5.2.2. A Emissora e os Fiadores obrigam-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





3.5.2.3. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público-alvo investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.5.2.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.2.3 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

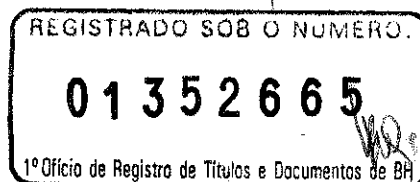
### 3.6 Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Bradesco S.A. instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures é o Banco Bradesco S.A. instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Agente Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador.

### 3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão de Debêntures serão destinados ao alongamento do perfil de dívidas, incluindo, mas não se limitando ao alongamento de dívida contratada junto ao Banco Mandatário, no montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e com vencimento em abril de 2012 e desenvolvimento regular dos negócios da Emissora.

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de abril de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de abril de 2017 ("Data de Vencimento").

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

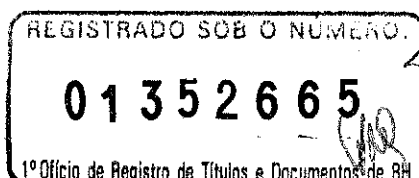
4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures, as quais serão colocadas pelo Coordenador Líder sob o regime de garantia firme de colocação.

### 4.2. Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

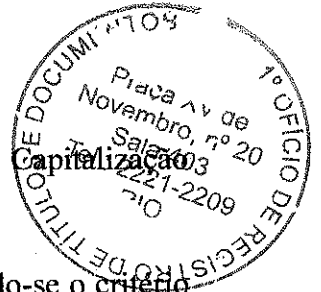
4.2.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Remuneração") correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,0000% (dois inteiros por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



Handwritten signatures and initials, including 'J', '30x', 'Q', 'M', and 'lee'.





imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.2.1 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.2.3. Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

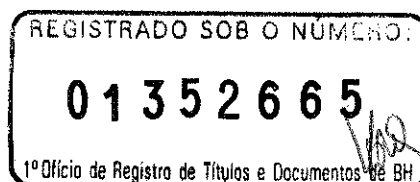
Onde:

- FatorDI produtivo das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;





**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**k** 1, 2, ..., n;

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

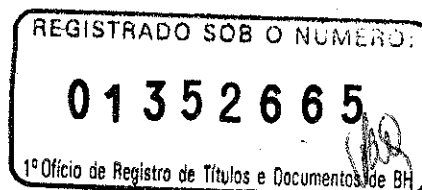
onde:

**spread** 2,0000;

**DP** É o número de dias úteis entre a Data de Integralização ou o último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.





Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.4. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do próximo pagamento da Remuneração.

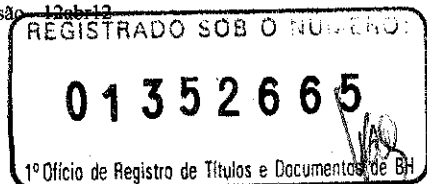
4.2.5. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações do principal.

4.2.6. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

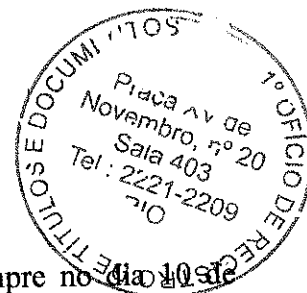
4.2.7. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

4.2.8. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar, e consequentemente cancelar, a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



Handwritten signatures and initials, including 'J', 'H', and 'lle'.



#### 4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, sempre no dia 10 de cada mês de abril e outubro, sendo que o primeiro pagamento será devido em 10 de outubro de 2012 e o último na Data de Vencimento.

#### 4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e consecutivas, cada uma correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela devida em 10 de abril de 2014 e a última na Data de Vencimento, conforme a tabela abaixo:

| Parcela | Data       | Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário |
|---------|------------|---|
| 1       | 10.04.2014 | 25,0000%  |
| 2       | 10.04.2015 | 25,0000%  |
| 3       | 10.04.2016 | 25,0000%  |
| 4       | 10.04.2017 | 25,0000%  |

#### 4.5. Local de Pagamento

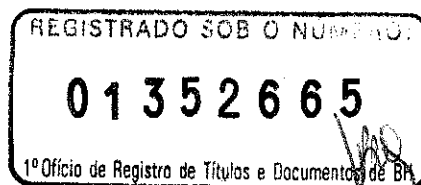
4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou (b) do Agente Escriurador.

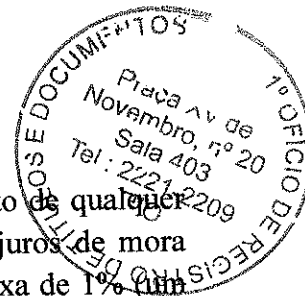
#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1. A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Integralização").

#### 4.10. Preço de Subscrição

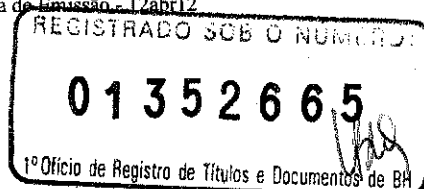
4.10.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

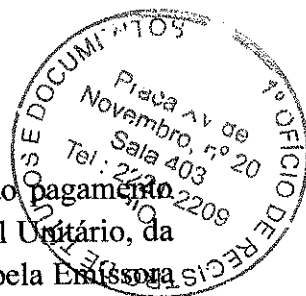
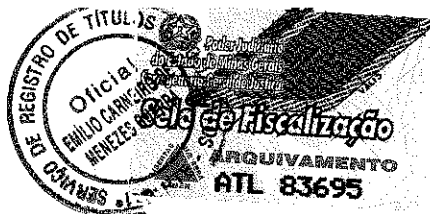
4.10.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Preço de Subscrição").

#### 4.11. Garantia Fidejussória

4.11.1. As Debêntures terão como garantia a fiança outorgada pelos Fiadores, conforme disposições abaixo.

4.11.1.1. Os Fiadores neste ato obrigam-se, solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e, solidariamente com a Emissora, responsáveis por todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e





quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora e do Prêmio de Resgate Antecipado, bem como de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários ao exercício de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Fiança” e “Valor Garantido”).

4.11.1.2. De acordo com (i) as demonstrações financeiras da TAS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010; e (ii) o Balanço Patrimonial de abertura da ASM, relativo a 02 de janeiro de 2012, o patrimônio líquido dos Fiadores representa o seguinte percentual do volume da Emissão:

| Interveniente garantidor | Data das Demonstrações Financeiras | Percentual equivalente ao Valor Total da Emissão |
|--------------------------|------------------------------------|--|
| TAS                      | 31/12/2010                         | 130,11%  |
| ASM                      | 02/01/2012                         | 0,02%  |

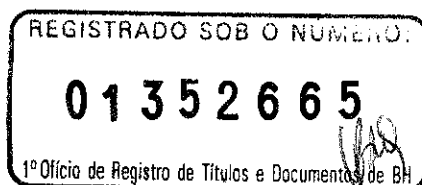
4.11.1.3. Os Fiadores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

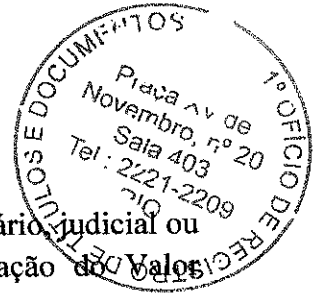
4.11.1.4. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 837, 835, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.1.5. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, as Fianças objeto da Cláusula 4.11.1.1 acima, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos das Fianças somente após a integral quitação aos Debenturistas do Valor Garantido nos termos desta Escritura, ficando seu direito de crédito contra a Emissora em razão da sub-rogação subordinado para todos os fins aos direitos dos Debenturistas.

4.11.1.6. As Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão, permanecendo válidas em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





4.11.1.7. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral liquidação do Valor Garantido.

#### 4.12. Repactuação

4.12.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte” e jornal “Diário de Natal”, bem como na página da Emissora na internet ([www.ale.com.br/ri](http://www.ale.com.br/ri)).

#### 4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.14.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

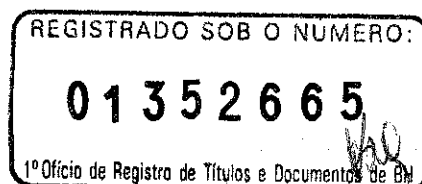
#### 4.15. Liquidez e Estabilização

4.15.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 4.16. Imunidade de Debenturistas

4.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



*[Handwritten signatures and initials]*



## CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

### 5.1. Resgate Antecipado Facultativo

5.1.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures, total ou parcial, que será vinculante a todos os Debenturistas (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.13 acima (“Aviso de Resgate Antecipado”) e envio de comunicado escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a realização do Resgate Antecipado Facultativo, os quais deverão conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial e, no caso de ser parcial, o procedimento para a realização do sorteio (nos termos do artigo 55, § 2º, I da Lei das Sociedades por Ações); (b) a data efetiva para o resgate; (c) menção ao valor a ser pago aos Debenturistas, conforme Cláusula 5.1.2 abaixo; e (d) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

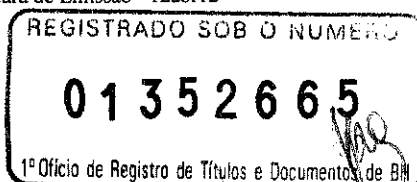
5.1.2. Na data do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser pago aos Debenturistas o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, (ii) de eventuais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculados *pro rata die*, e (iii) de um prêmio, calculado nos termos abaixo descritos, que também será devido no caso de vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 6.1.4 abaixo:

| Período do Resgate Antecipado Facultativo                  | Prêmio de Resgate Antecipado sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário |
|--|--|
| Entre 10 de abril de 2012 e 10 de abril de 2014, inclusive | 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento)  |
| Entre 11 de abril de 2014 e 10 de abril de 2016, inclusive | 0,80% (oitenta centésimos por cento)   |
| A partir de 11 de abril de 2016, inclusive                 | 0,50% (cinquenta centésimos por cento)   |

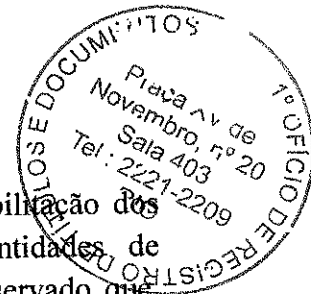
5.1.3. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência encaminhada pela Emissora com o “de acordo” do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado facultativo parcial, deverá ocorrer através de “operação de compra e venda definitiva no

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12







mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.1.5. A Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

## 5.2. Aquisição Facultativa

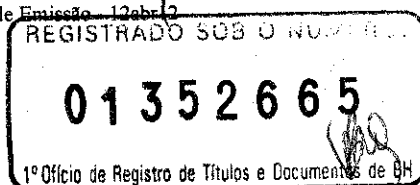
5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

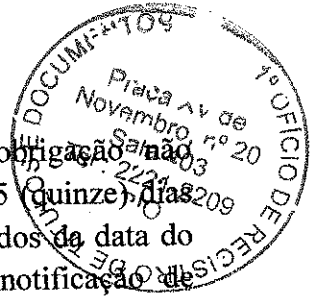
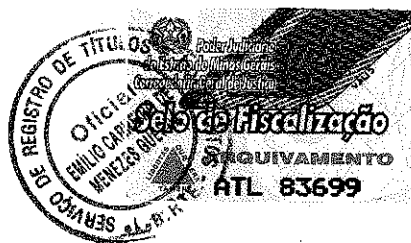
## CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto na Cláusula 6.1.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato à Emissora, no prazo de até 1 (um) dia útil contado a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura;

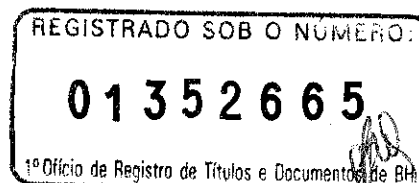
SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



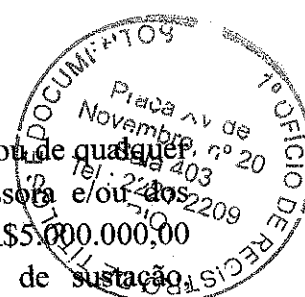


- (b) não cumprimento pela Emissora ou pelos Fiadores de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura, se não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora e/ou Fiadores, conforme aplicável, da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (c) na hipótese de inadimplemento de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora, pelos Fiadores ou por quaisquer controladas, coligadas ou sob o controle comum da Emissora (doravante denominadas "Empresas ALESAT"), que atinja a capacidade financeira da Emissora, cujo valor individual ou agregado supere R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), se não sanadas no prazo de 01 (um) dia útil;
- (d) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- (e) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios; ou (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; (iii) equipamentos ou outros bens de seu ativo com valor inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais);
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou dos Fiadores por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (h) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, e/ou dos Fiadores, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas;
- (i) redução de capital social da Emissora e/ou de qualquer empresa das Empresas ALESAT e/ou dos Fiadores, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado por Debenturistas;

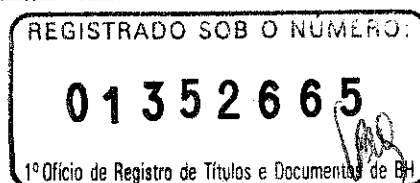
SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



*[Handwritten signatures and initials]*



- (j) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora e/ou de qualquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (k) não pagamento por parte da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer das Empresas ALESAT, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (l) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão ou de suas garantias, e tal efeito não for sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento;
- (m) se a Emissora, e/ou qualquer das Empresas ALESAT (i) solicitarem moratória, (ii) solicitarem suspensão geral do pagamento e/ou reestruturação de parte substancial de suas dívidas e/ou recuperação judicial ou extra-judicial (iii) tornarem-se insolventes, requererem recuperação judicial, extrajudicial, falência ou auto-falência; ou (iv) se a Emissora e/ou qualquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da Emissora e/ou os Fiadores tiverem sua falência decretada e/ou requerida, nesta última hipótese desde que referido requerimento não seja elidido no prazo judicial aplicável;
- (n) se a Emissora estiver inadimplente em relação a qualquer obrigação prevista nesta Escritura e realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora e/ou qualquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, que comprovadamente (mediante publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), bem como na regulamentação aplicável) afete de forma negativamente relevante a capacidade da Emissora e/ou qualquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da



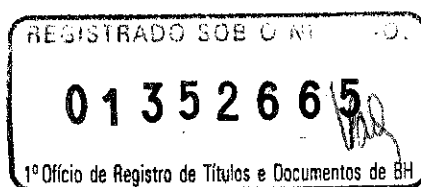
*[Handwritten signatures and initials]*



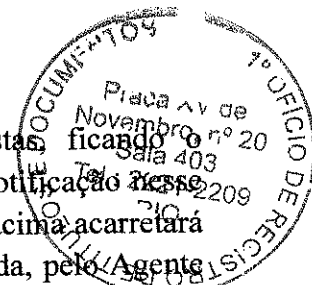
Emissora e/ou dos Fiadores de cumprir com suas obrigações financeiras, incluindo as obrigações decorrentes da presente Escritura;

- (p) caso a presente Escritura, em função da garantia fidejussória nela prestada, não seja registrada nos cartórios de títulos e documentos da cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e da cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no prazo descrito na Cláusula 2.5.1 acima;
- (q) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão na forma prevista na Cláusula 3.7 acima;
- (r) autuações da Emissora e/ou de qualquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da Emissora e/ou dos Fiadores por quaisquer órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto (i) se, no prazo legal, for apresentada defesa ou, alternativamente, (ii) se, no prazo legal, for interposto recurso ou impugnação, conforme o caso, ou ainda, se nesse mesmo prazo for comprovado que a mesma foi cancelada;
- (s) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou de qualquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido comprovado que o arresto, sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;
- (t) alteração do objeto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto pela inclusão de atividades de administração de bens imóveis e correlatos;
- (u) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação financeira da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer das Empresas ALESAT, conforme aplicável, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e/ou
- (v) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas no Artigo 1.425 do Código Civil.

6.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nos itens (a), (c), (e), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (p), (q), (s), (t) e (u) acima acarretará o vencimento antecipado automático



*[Handwritten signatures and initials]*



das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento condicionado à entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de notificação nesse sentido. A ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (d), (f), (o), e (r) acima acarretará vencimento antecipado não automático das Debêntures, e deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.1.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.1 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no Cláusula 6.1.2 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

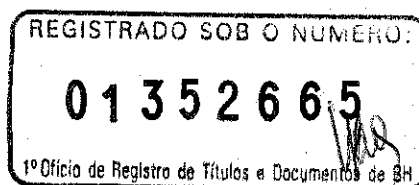
6.1.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, dos prêmios constantes da tabela da Cláusula 5.1.2 acima, conforme a época da declaração do vencimento antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 1 (um) dia útil contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou com Aviso de Recebimento no endereço constante da Cláusula 11.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.7 acima.

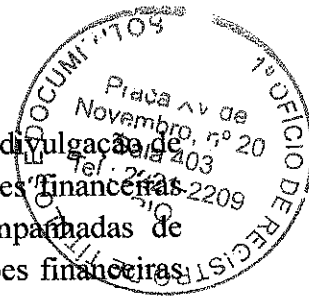
## CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

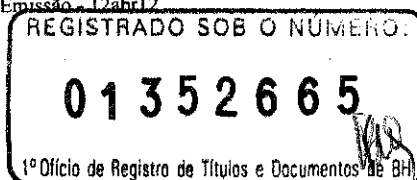
(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12

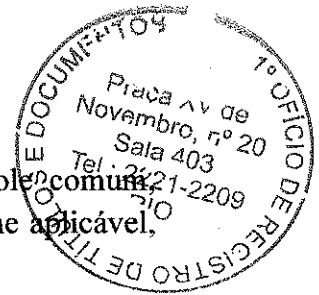




- (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de divulgação de suas demonstrações financeiras, (A) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (B) cópia das demonstrações financeiras completas dos Fiadores relativas ao exercício social então encerrado; (C) declaração dos administradores da Emissora atestando o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, inclusive com relação aos Fiadores e às empresas ALESAT; e (D) cópia atualizada do organograma do grupo societário da Emissora;
- (ii) dentro de 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, declaração e/ou documentos comprobatórios, conforme o caso, da utilização dos recursos decorrentes desta Emissão, na forma prevista na Cláusula 3.7 acima;
- (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (iv) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 6.1 acima no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- (v) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização; e
- (vi) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido



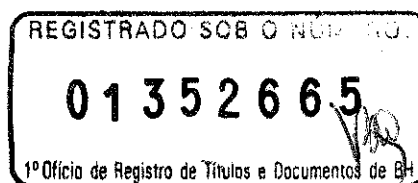
*[Handwritten signatures and initials]*



organograma deverá conter os controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.

- (b) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (c) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- (d) Convocar, nos termos da Cláusula VIII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) Cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) Preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (h) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, com impacto direto no fluxo de pagamento das obrigações assumidas pela Emissora nessa Escritura, nas condições (financeiras, operacionais ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (i) Manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora e/ou de quaisquer das Empresas ALESAT, que atinja a capacidade financeira da Emissora e/ou dos Fiadores;
- (j) Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12

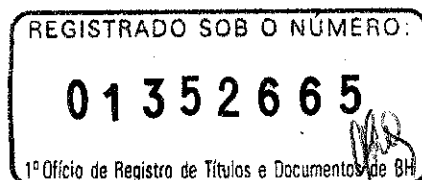




cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;

- (k) Manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora e/ou de quaisquer das Empresas ALESAT, incluindo, sem se limitar, (i) a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”); e (ii) o certificado de registro nacional de transportadores rodoviários de cargas, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora e/ou dos Fiadores ou para a sua capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures;
- (l) Exceto com relação àqueles pagamentos, que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora e/ou por quaisquer das Empresas ALESAT, que atinja a sua capacidade financeira e/ou pelos Fiadores na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (m) Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial, que tenha impacto direto no fluxo de pagamento das obrigações assumidas pela Emissora nessa Escritura, na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (n) Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP;
- (o) Submeter suas demonstrações financeiras à empresa de auditoria independente;
- (p) Observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;
- (q) Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 3 (três)

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12







meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;

- (r) Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora, da TAS e/ou da ASM ou para a capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures da Emissora e dos Fiadores;
- (s) Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;
- (t) Recolher quaisquer taxas ou tributos incidentes sobre o registro da Emissão;
- (u) Manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- (v) Cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, assim como trabalhistas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores que venham a ser apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

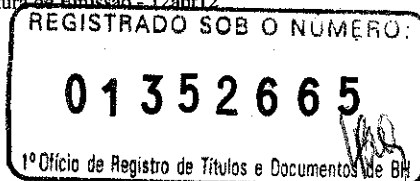
## CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

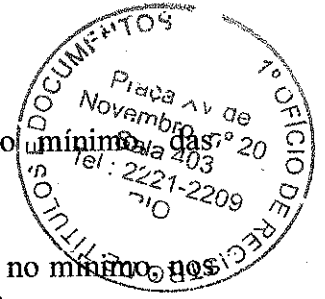
À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 8.1. Convocação

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

8.1.4. Considerar-se-á dispensada a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas em que comparecer a integralidade dos titulares de Debêntures em circulação, independentemente da realização das publicações de que tratam as Cláusulas 8.1.2 e 8.1.3 acima, conforme faculta a Lei das Sociedades por Ações em seus artigos 71, §2º e 124, §4º.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

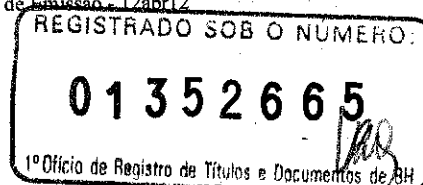
8.1.6. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

## 8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e em segunda convocação, com qualquer quorum.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas (i)

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





resgatadas antecipadamente; (ii) mantidas em tesouraria pela Emissora; (iii) de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas) ou; (iv) de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas físicas ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### 8.3. Quorum de Deliberação

8.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 8.3.2 e 8.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.3.2. Não estão incluídos no quorum previsto acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- II. a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; (v) datas de amortização; e (vi) Data de Vencimento.

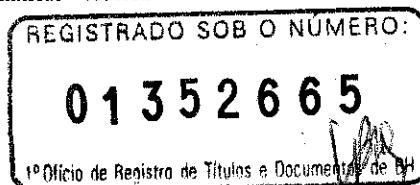
8.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

## CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

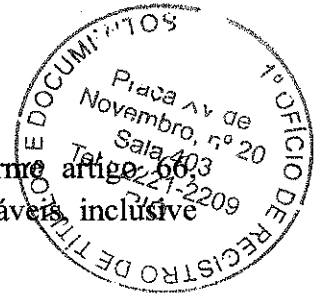
9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12

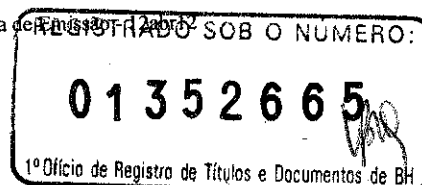


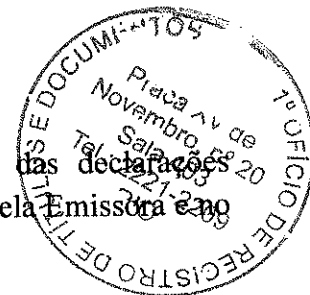
*[Handwritten signatures and initials]*



- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão pública ou privada da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (l) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (m) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Fidejussão



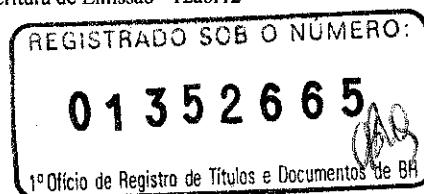


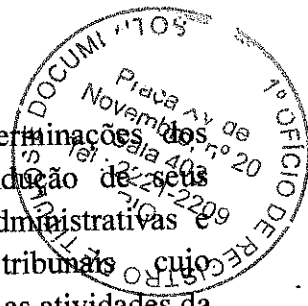
- (n) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta;
- (o) conforme disposto no item 7.1.(a).(i), informa que a verificação do cumprimento das obrigações dos Fiadores da Emissora e das Empresas ALESAT se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item; e
- (p) na data de assinatura da presente Escritura, a Fiança apresentada foi devidamente constituída e é exequível. Com relação à suficiência, destacamos que, com base nas demonstrações financeiras da TAS e Balanço Patrimonial de abertura da ASM, conforme cláusula 4.11.1.2 acima, somente o patrimônio líquido da TAS é suficiente para cobrir eventual inadimplemento da Emissora.

9.2. A Emissora e os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, da TAS e da ASM, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e em pleno vigor;

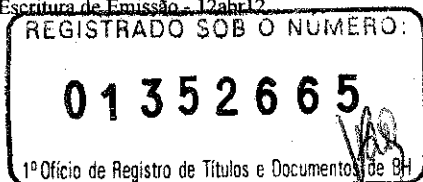
SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





- (f) estão cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora da TAS ou da ASM ou para a sua capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, da TAS e da ASM representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, à TAS ou à ASM, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora, pela TAS e pela ASM ao Agente Fiduciário, que possam afetar a capacidade da Emissora, da TAS e da ASM de cumprir com as suas obrigações principais e acessórias previstas nesta Escritura;
- (i) manterão em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar à Emissora, à TAS e à ASM a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e sobre os Fiadores;
- (k) não omitiram nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações operacional, econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (l) a Emissora, a TAS e a ASM são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;

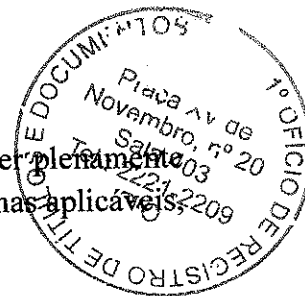
SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações principais e acessórias constantes desta Escritura;
- (p) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

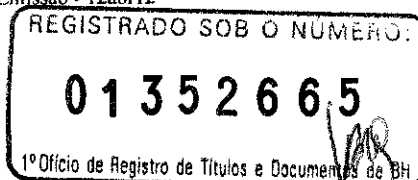
## CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

### 10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 10.2. Substituição

10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo





agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.2.6 abaixo.

10.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

10.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado na JUCERN e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos termos do § 3º, art. 62 da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

10.2.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações principais e acessórias da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

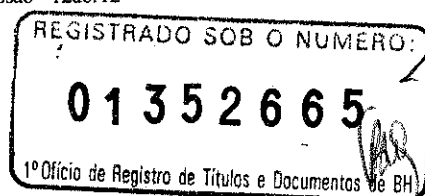
10.2.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

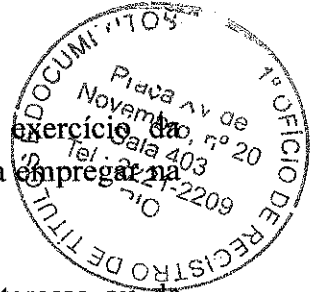
### 10.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

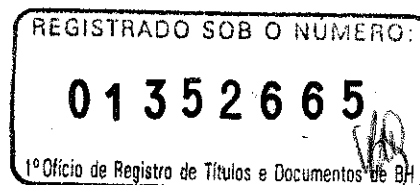
SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





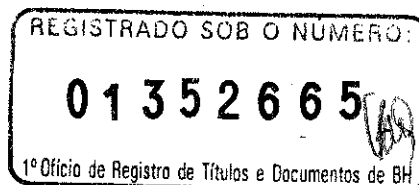


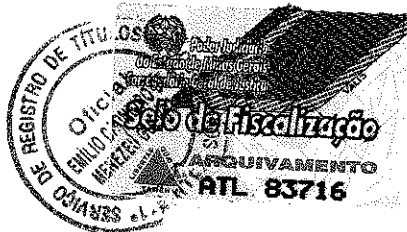
- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada nesta Escritura;
- (i) Solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (j) Solicitar às expensas da Emissora, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) Convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;





- (l) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- 1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - 1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
  - 1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - 1.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (n) Disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:





m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na CETIP; e

m.5) na sede do Coordenador Líder.

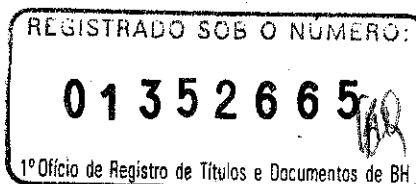
- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 4.13 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso "l" se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (r) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

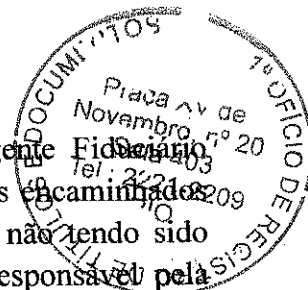
q.1) à CVM; e

q.2) à CETIP;

- (s) Acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima e informar os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (t) Acompanhar o preço unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas, à CETIP e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





10.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, são autênticos e verdadeiros, não tendo sido objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

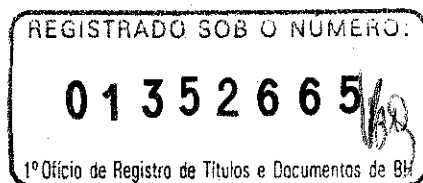
10.3.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

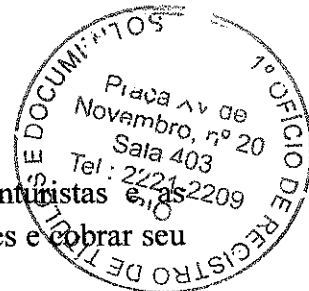
10.3.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

#### 10.4. Atribuições Específicas

10.4.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, o vencimento antecipado das Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer a falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

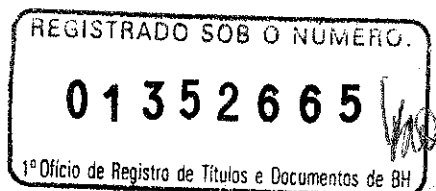
10.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "c" e "d" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime de Debenturistas, representando a totalidade das Debêntures em circulação.

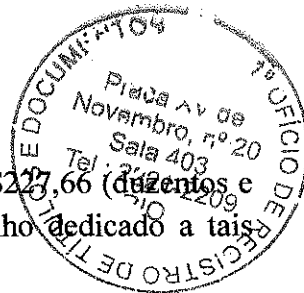
#### 10.5. Remuneração do Agente Fiduciário

10.5.1. À título de remuneração pelos serviços, serão devidas parcelas anuais de R\$6.260,67 (seis mil e duzentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos) pelos serviços de Agente Fiduciário. Tais parcelas serão devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

10.5.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$227,66 (duzentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos, bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das mesmas.

10.5.3. No caso de celebração de Aditamentos à Escritura, bem como nas horas externas ao





escritório da Oliveira Trust, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$227,66 (duzentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

10.5.4. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

10.5.5. Os serviços ora previstos são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei das Sociedades por Ações.

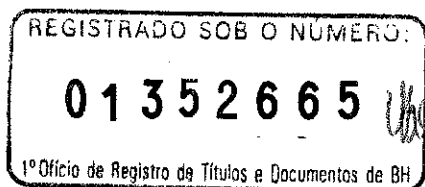
10.5.6. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas na Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

10.5.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

10.5.8. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão a Oliveira Trust a revisão dos honorários previstos.

10.5.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

## 10.6. Despesas

10.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.6.2. As despesas a que se refere a Cláusula 10.5.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.6.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita na Cláusula 10.6.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

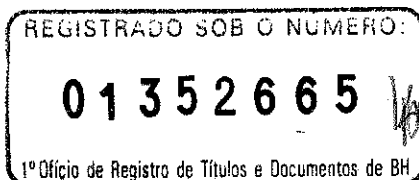
## CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

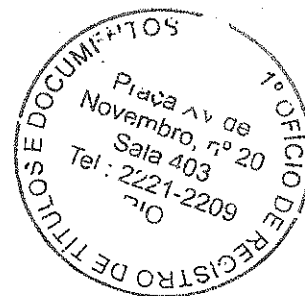
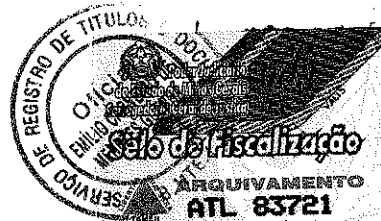
### 11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**  
**Alesat Combustíveis S.A.**

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





Rua Manoel de Castro, n.º 1.170, Candelária,  
Natal, RN - CEP 59064-010

At.: Sr. Cyro Luiz Pedreira de Souza

Tel.: (31) 3326-4511

Fax: (31) 3326-4519

E-mail: [cyro.souza@ale.com.br](mailto:cyro.souza@ale.com.br) / [ri@ale.com.br](mailto:ri@ale.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown  
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22640-100,

At.: Gustavo Dezouart T. Pinto e Maria Carolina V. Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: [gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br) e [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

Internet: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar  
06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11) 3684-5645

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

**Para o Agente Escriturador:**

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar  
06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11) 3684-5645

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

**Para a CETIP:**

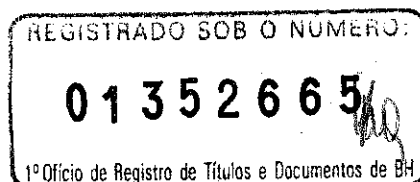
**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452 – 002 - São Paulo - SP

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



*Handwritten signatures and initials, including 'ale'.*





Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

**Para os Fiadores:**

**TAS Participações S.A.**

Rua Manoel de Castro, 125 – Térreo, Ala D, Sala 1, Bairro Candelária

CEP 59.064-010 – Natal - RN

At. Jucelino Oliveira de Sousa

Tel: (84) 2226-0104

Fax: (84) 2226-0104

Correio eletrônico: jucelino.oliveira@ale.com.br

**ASM Participações Societárias S.A.**

Rua Paraíba, 1.000, Sala 1.502, Bairro Funcionários

CEP 30.130-141 – Belo Horizonte – MG

At. Geraldo Vilela de Faria

Tel: (31) 3247-6570

Fax: (31) 3247-6597

Correio eletrônico: vilela@asamar.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

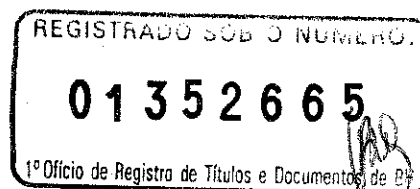
11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

**11.2. Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12





ou Fiadores nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### 11.3. Título Executivo

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

### 11.4. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### 11.5. Prazos

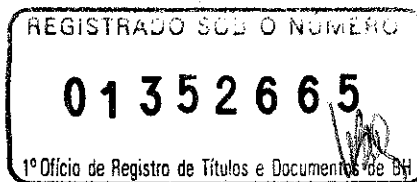
A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

### 11.6. Integralidade

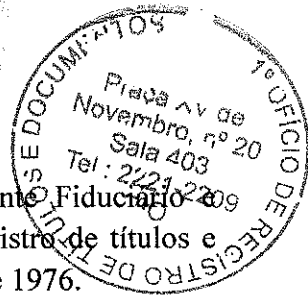
Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

### 11.7. Aditamentos

SCBF-SP - 3312279v1 - (ALESAT) Escritura de Emissão - 12abr12



*[Handwritten signatures and initials]*



Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERN e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos termos do § 3º, art. 62 da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### 11.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

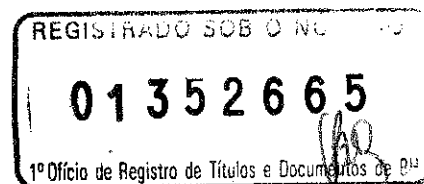
#### 11.9. Foro

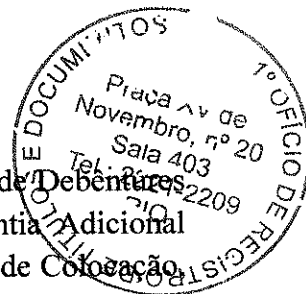
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 13 de abril de 2012

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)*





Página 1/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Alesat Combustíveis S.A.

**ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome: Cesar Reinaldo Leal Pinto  
Cargo: Diretor

Nome: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES  
Cargo: PROCURADORA

**TAS PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

**ASM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.**

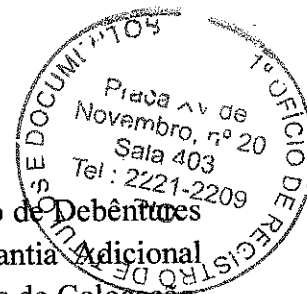
Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:





Página 2/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Alesat Combustíveis S.A.

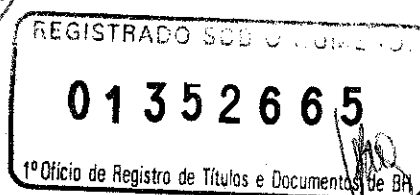
**Testemunhas:**

Marcela Costa de Carvalho  
Nome: Marcela Costa de Carvalho  
CPF: 09802986798

Ona Carolina F. de Souza  
Nome: Ona Carolina Souza  
CPF: 102.463.351-86



1. OFÍCIO DE REG. DE TIT. E DOC.  
CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
REPRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO  
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O Nº.  
**1791379**  
Rio de Janeiro, 03/05/2012



[ ] - Geraldo Calmon Costa Jr.  
Matr 06/0897 - Oficial Titular  
[ ] - Kleber Calmon Hirdes  
ICTPS 93043/128 - 1o. Of. Subst.  
[ ] - Carlos de Souza  
ICTPS 78596/095 - 2o. Of. Subst.  
[ ] - Bernardino Carvalho  
ICTPS 87896/082 - 3o. Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 474,89